ISSN: 2358-8829

OS MARCOS DA INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Luís Alberto Henrique de Amorim [1]
Analine de Sousa Fonseca [2]
Ênio Firmino Leandro Florêncio [3]
Brenda Teodósio Gomes Rabêlo [4]
Ana Paula Nunes da Silva [5]

INTRODUÇÃO

Existiu um momento na história da educação brasileira onde se o ensino se baseava exclusivamente na prática da catequizar os nativos da então, terra de santa Cruz, como forma de colonizar os povos (KNAPP, 2020, p. 30) e a instrução formal e acadêmica era restrita à elite colonial. Nesse contexto pode se compreender que a segregação da educação fez parte do meio social desde a concepção daquilo que mais tarde seria conhecido como república federativa do Brasil.

Séculos depois, vivemos o pressuposto de superação da ideia de segregação e lidamos com dilemas modernos e provenientes da evolução social popular, política e pedagógica e nele adotamos o paradigma da integração e inclusão escolar. A partir disso e da necessidade repensar constantemente a aplicação e efetivação dos direitos mais básicos constituídos na legislação brasileira, por meio de provocações e mobilizações sociais, de tempos em tempos lidamos no ambiente escolar com a necessidade de atender demandas antes não reconhecidas ou pensadas com a importância devida, como por exemplo, a compreensão de que combater a insegurança alimentar com merenda de qualidade nas escolas, é também uma maneira de contornar dificuldades de alunos e famílias em estado de vulnerabilidade social.

É com o viés de atender às demandas específicas que foram sendo reconhecidas ao longo dos tempos que as novas políticas pensando a universalização da

[1]Graduado do Curso de Psicologia pela FACISST – PE, luisamorim14@gmail.com ;
[2] Graduada do Curso de Psicologia pela UNIPÊ - PB, analinefonsecapsi@gmail.com ;
[3] Graduado do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal - PB, eniolflorencio@gmail.com ;
[4] Graduada do Curso Pedagogia pela Universidade Paulista - PB, brenda.ftgr@gmail.com ;
[5] Graduada do Curso de Letras (Inglês) pela AESET - PE, pauli.silva@hotmail.com ;

ISSN: 2358-8829

educação foram criadas mundialmente, pondo em evidência a necessidade de concretizar cada vez mais a ideia de escola adaptada à realidade local.

Ao longo do texto, serão levantados índices e remetidos a adoção do fazer educacional inclusivo, aquele que busca não só orientar de cima para baixo a fomentação de uma política, mas também de ouvir e compreender a linha de frente dos profissionais que executam a teoria desenvolvida, isto é talvez uma das estratégias mais eficazes de compreender o outro e sua necessidade, além da construção do saber específico, junto às famílias e grupos sociais que tem como prática o trabalho junto ao público com deficiência, vulnerabilidade social, insegurança alimentar, baixa renda e tantos outros grupos marginalizados na sociedade.

METODOLOGIA

No município de Princesa Isabel foi reconhecida a necessidade de implementar como forma de política pública uma dessas equipes, a qual foi chamada de Núcleo de apoio ao estudante (NAE). Através de resolução executiva em 2022, foi reconhecida a necessidade de ampliar o leque de assistência nas escolas, tendo em vista a crescente demanda de alunos com deficiências declaradas e devidamente diagnosticadas, como também auxiliar no processo daqueles que estão em investigação de hipóteses diagnósticas, essa medida atende os pressupostos apresentados antes aqui através da fundamentação teórica e reafirma a necessidade de ampliação das políticas públicas de inclusão e assistência.

Parte do papel do NAE é também atuar junto ao corpo docente e gestor das escolas públicas municipais como facilitadores de práticas pedagógicas inclusivas e avaliativas a partir do olhar individual em cada aluno, levando em conta aspectos sociais, culturais, digitais, econômicos e geográficos e demais marcadores de pessoalidade.

O trabalho é conduzido pela equipe no que diz respeito e orientações e intervenções técnicas, mas também conta com práticas já conhecidas e estabelecidas na educação, como por exemplo, a parceria com os profissionais das salas de AEE, que conduzem no dia a dia da escola o manejo e intervenções pedagógicas, juntamente com

ISSN: 2358-8829

a equipe de cuidadores, que auxiliam na integração dos alunos nas salas regulares e nas demais atividades necessárias dentro das escolas.

Junto ao trabalho que toda essa rede escolar desenvolve, é necessário e fundamental a integração com a rede RAPS, (rede de atenção psicossocial), que após as avaliações técnicas e encaminhamentos feitos no ambiente escolar junto aos profissionais e a família, conduzem o acompanhamento clínico nos equipamentos de referência para cada demanda identificada. Isso acontece principalmente pela necessidade do ambiente clínico e controlado para realizar as intervenções necessárias nos casos que são encaminhados, ambiente esse que não faz parte da estrutura padrão das escolas, mesmo os projetos mais modernos. Além disso, não se trata apenas de uma questão estrutural, mas para a psicologia por exemplo, a neutralidade é comprometida pelo ambiente que por várias vezes é o mesmo onde os alunos lidam com conflitos pessoais e subjetivos.

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, estruturado sob a forma de um relato de experiência acerca da implementação e atuação do NAE na rede pública municipal de Princesa Isabel-PB.

REFERENCIAL TEÓRICO

Após a superação do entendimento de integrar todas as crianças nas escolas e estabelecer novos paradigmas para a institucionalização e a fomentação de novas leis de incentivo das novas práticas desenvolvidas e estudadas a partir da construção de conhecimento científico.

A noção de necessidade de superação do movimento de segregação surge antes da década de 70, no noroeste da Europa, quando as práticas escolares predominantes começaram a ser questionadas, as práticas escolares que deveriam ter como base a integralidade do sujeito e das suas vivências relacionadas a cada etapa do desenvolvimento humano, atingindo o que foi compreendido como marcos mínimos para uma pessoa na sociedade, estando ele parte de um núcleo educacional ou não. Isto é, a importância de superar os moldes exclusivos aos estudantes que hoje declaramos como “típicos”, é sobretudo a melhor forma de garantir todos os direitos de um grupo

ISSN: 2358-8829

social historicamente marginalizado e esquecido por muito tempo (MANTOAN, 2003, p.15).

Para Maria Teresa Eglér, uma escola que integra e escola que inclui são coisas conceitualmente diferentes e precisam ser pensadas desde o início da vida do seu público-alvo.

> O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2003, p.15)

Nesse sentido, a autora não só diferencia conceitualmente o projeto de integração e inclusão, como traz marcadores que devem ser considerados na concepção que direciona a sociedade a pensar como o modelo educacional vigente põe em prática suas políticas de inclusão. No Brasil, só em 2000, 12 anos após a redemocratização, foi apresentado um primeiro projeto que visava alinhar o país às diretrizes sobre os direitos das pessoas com deficiência, convecção que foi ratificada pela ONU (organização das nações unidas) só em 2006 (SENADO FEDERAL, 2020).

Levantando questionamentos sobre a seriedade do olhar político sobre a pauta, só em 2015 tivemos a tramitação concluída e formalizada no que hoje conhecemos como Lei brasileira de Inclusão ou LBI (nº 13.146/2015), a mesma passou a vigorar em 2016, estabelecendo novos marcos educacionais e direitos civis básicos relacionados a educação e ao acesso universal e transversal desse direito, atingindo desde a educação infantil até o nível superior.

A necessidade de se pensar a inclusão social nas escolas vem ainda de muito antes dos primeiros projetos ou primeiras propostas legislativas, ou sequer dos escritores que pensaram na inclusão a partir da necessidade das pessoas com deficiência, ela surge também a partir de um método já bem conhecido e estudado mundialmente, e que, para o orgulho nacional, surge aqui no Brasil. O método Paulo Freire revolucionou uma época em que se pensava a alfabetização como algo ainda pouco acessível e de difícil viabilidade dentro de certos contextos sociais.

ISSN: 2358-8829

É esse cenário que Paulo Freire revoluciona na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte em 1963, ao dispensar a prática antiquada do método que tentava alfabetizar através da repetição de fonemas simples e sem contexto aplicado à aprendizagem. Seu método então propôs alfabetizar de forma contextualizada um grupo de agricultores, pedreiros e outros trabalhadores da cidade de Angicos, e assim, ele construiu a mais memorável forma de inclusão de grupos sociais marginalizados na educação brasileira, dando a eles a garantia dos direitos civis que até ali eram assegurados apenas a população alfabetizada (FREIRE, 1967).

Por tanto, a concepção de que inclusão escolar é algo pautado sobretudo pelo acesso à educação e pela garantia da qualidade dessa educação, dar-nos a nítida observação de que essa é talvez a mais fundamental forma de assegurar os direitos civis, conquistados e conquistados ao longo das décadas em que construímos o saber que auxilia na descoberta de novas ferramentas, essas que são cada vez mais necessárias, visto que a cada passo que é dado rumo aos avanços educacionais, é necessário fazer também com que todas as pessoas incluídas nestes avanços façam também parte qualitativa dele, e não somente quantitativa.

No presente momento em que este artigo é escrito, a LBI completa 10 anos de vigência. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística), em 2022, foram registradas taxas de analfabetismo entre pessoas sem deficiência de 1.0%, enquanto no grupo de pessoas com deficiência, o registro é de 12,2%. É necessário dizer que esse número reflete todo o grupo de pessoas que se declaram com deficiência, abarcando deficiência físicas, motoras, visuais, auditivas e outras. Quando falamos somente do grupo de pessoas com deficiência nas funções mentais, temos o registro de 40,4% de analfabetismo. Vale também citar que esse levantamento considera a faixa etária dos 15 aos 29 anos, época na vida de uma pessoa em que abrange todo um período escolar e profissional (IBGE, 2026).

É reconhecendo esse cenário que parte de alguns governos municipais a institucionalização de equipes multiprofissionais como ferramenta de projeção de políticas e práticas de inclusão e cuidado técnico previstos na atuação de profissionais como psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em exercício desde 2022, a equipe do NAE hoje ainda observa desafios e barreiras existentes desde o início do seu funcionamento, mesmo diante do avanço que representa uma equipe técnica dentro da secretaria de educação conduzindo as questões que permeiam suas atribuições. Apesar de lidar sempre através da prerrogativa de garantir as políticas de inclusão, o trabalho da equipe é destinado a todo o corpo de alunos matriculados na educação infantil e fundamental das escolas públicas do município, pois a inclusão é feita por todos a partir do momento em que todos conhecem a importância de garantir esse direito, por isso as ações e projetos desenvolvidos pela equipe e pela secretaria de educação são feitas pensando a participação de todos os alunos de maneira equânime.

Segundo os dados mais recentes levantados, a rede pública municipal conta com cerca de 2.852 (dois mil oitocentos e cinquenta e dois) alunos matriculados e é objetivo da rede escolar que todos os alunos componham a inclusão, tanto do ponto de produzir essa inclusão quanto de fazer parte e ser beneficiado por ela. É por natureza desafiador trabalhar a partir dessa prerrogativa, não somente pelo quantitativo que precisamos atingir, mas também por entender que é necessário partir desse ponto para realmente caminhar para uma real inclusão.

Outro ponto desafiador é a carência de profissionais técnicos das áreas de cuidado, psicólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais e outros, são profissionais escassos na região, e os serviços de referência responsáveis por atender as demandas no âmbito da saúde são os que mais sofrem com a alta demanda de usuários e pacientes diante número insuficientes de profissionais técnicos nos serviços. O NAE desde o seu surgimento também passou por remodelações no corpo profissional que se deram pela dificuldade em manter o vínculo profissional diante de outras oportunidades.

Atualmente a equipe é composta por 7 profissionais, 3 psicólogas(os), 3 psicopedagogas(os) e uma assistente social, o maior número desde a sua

ISSN: 2358-8829

regulamentação e mesmo assim se percebe insuficiente a quantidade de profissionais para a demanda da rede de 13 escolas. Essa dificuldade nos faz levar como necessário a atribuição de técnicos fazendo parte da equipe mínima das escolas, estando presente no dia a dia, ajudando a pensar e orientar de forma mais continuada as intervenções necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), no município de Princesa Isabel-PB, permite compreender que a efetivação da educação inclusiva constitui um processo contínuo, que ultrapassa o cumprimento dos dispositivos legais e exige o desenvolvimento de práticas pedagógicas, institucionais e intersetoriais capazes de atender à diversidade presente no ambiente escolar. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da inclusão escolar a partir da atuação do NAE, evidenciando tanto as contribuições da equipe multiprofissional quanto às barreiras que ainda dificultam a consolidação de uma educação efetivamente inclusiva.

A experiência relatada demonstra a relevância da atuação multiprofissional no contexto educacional, especialmente por possibilitar o acompanhamento das necessidades dos estudantes, a orientação de professores e cuidadores, o acolhimento das famílias e a articulação com os serviços da rede de saúde. Essas ações contribuem para ampliar a compreensão das demandas que atravessam o processo de aprendizagem, considerando não apenas os aspectos pedagógicos, mas também as dimensões psicológicas, sociais e familiares que influenciam a trajetória escolar dos estudantes.

Entretanto, os resultados apresentados evidenciam que a existência de uma equipe técnica, embora represente um avanço na organização das políticas municipais de inclusão, não é suficiente, por si só, para superar todas as barreiras presentes na rede de ensino. A insuficiência de profissionais diante da demanda das escolas, a dificuldade de acesso aos serviços especializados e a necessidade de ampliar as estratégias pedagógicas acessíveis demonstram que a inclusão depende de investimentos contínuos, planejamento institucional e fortalecimento das políticas públicas. Nesse cenário, a ampliação da presença de profissionais especializados no cotidiano escolar apresenta-se

ISSN: 2358-8829

como uma possibilidade de qualificar o acompanhamento dos estudantes e oferecer suporte mais sistemático aos educadores.

Outro aspecto fundamental refere-se à compreensão de que a inclusão escolar não deve ser direcionada exclusivamente aos estudantes com deficiência ou àqueles que apresentam necessidades específicas identificadas. Trata-se de um compromisso coletivo, que envolve gestores, professores, cuidadores, famílias, equipes técnicas e demais integrantes da comunidade escolar. Para tanto, é necessário reconhecer as singularidades dos estudantes e promover condições de participação, aprendizagem, autonomia e desenvolvimento, respeitando suas diferentes formas de aprender e interagir com o ambiente educacional.

Dessa forma, a experiência do NAE reforça a importância da formação continuada dos profissionais da educação, da construção de estratégias pedagógicas diversificadas, da adequação dos recursos de acessibilidade e do desenvolvimento de espaços e práticas que favoreçam o acolhimento e a regulação emocional. Da mesma maneira, a articulação entre as políticas de educação, saúde e assistência social constitui uma dimensão importante para o atendimento integral das demandas identificadas, especialmente quando estas ultrapassam as possibilidades de intervenção do ambiente escolar.

Conclui-se, portanto, que a consolidação de uma educação inclusiva exige o compromisso permanente do poder público e da comunidade escolar com a eliminação das barreiras que limitam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes. Embora a experiência do NAE apresente desafios relacionados à disponibilidade de profissionais e à abrangência das demandas da rede municipal, sua atuação evidencia possibilidades concretas de fortalecimento das práticas inclusivas por meio do acompanhamento multiprofissional, da orientação pedagógica e da articulação intersetorial. Espera-se que este relato contribua para a reflexão sobre a importância das equipes multiprofissionais nas redes públicas de ensino e incentive o desenvolvimento de políticas e práticas que reconheçam a inclusão não como uma ação pontual, mas como um princípio permanente de organização da educação.

Palavras-chave: Inclusão, políticas públicas, educação pública, práticas.

REFERÊNCIAS

KNAPP, Cássio. Um ensaio sobre os usos e apropriações da cultura escrita pelos indígenas nas Reduções Jesuítico-Guarani. In: SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (orgs.). **Povos indígenas, gênero e violências: histórias marginais.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 28-43.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 7 out. 2026.

FREIRE, Paulo. ***Educação como prática da liberdade***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LOSCHI, Marília. **Desigualdades afetam acesso a espaços, participação e direitos das pessoas com deficiência**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 18 set. 2026. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/48091-desigualdades-afetam-acesso-a-espacos-participacao-e-direitos-das-pessoas-com-deficiencia. Acesso em: 7 out. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SENADO FEDERAL. **Lei de inclusão completa cinco anos e senadores pedem mais políticas públicas.** Senado Notícias, Brasília, DF, 6 jul. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/06/lei-de-inclusao-completa-cinco-anos-e-senadores-pedem-mais-politicas-publicas. Acesso em: 7 out. 2026.

PRINCESA ISABEL (PB). Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo. **Resolução nº 01/2022, de 7 de março de 2022. Regulamenta a constituição e funcionamento do Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE – da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura Municipal de Princesa Isabel/PB**. Princesa Isabel, PB, 2022. Disponível em: https://www.princesa.pb.gov.br/public/storage/content/publicacoes/resolucoes-e-atas/12646/arquivos/67223d5be177crbyp3.pdf. Acesso em 7 out. 2026